

Alterações realizadas no documento				
Item alterado	Cor	Observações	Data	Responsável pela alteração

## ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - SERVIÇOS

Atenção: todos os itens são de preenchimento obrigatório

Data:	12/09/22
Número do PROAD aberto	20646/2022
Área Demandante:	COORDENADORIA DE PROJETOS E OBRAS
Área Requisitante:	COORDENADORIA DE PROJETOS E OBRAS

## EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- Integrante Demandante:	FLÁVIO ROBERTO O. CABRAL			
- Integrante Técnico:	CARLOS ALBERTO LORENZON			
- Integrante Administrativo:	Titular:	Christiano Carneiro Ferreira	Suplente	Douglas Suetsugo Mitsuse

Contratação urgente?	<input type="checkbox"/>	Contrato/ata vence nos próximos 4 meses		
	<input type="checkbox"/>	Contratada está com certidão irregular		
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato		
	<input checked="" type="checkbox"/>	Outra justificativa:	O prazo para entrega do projeto para a CCAUD/CSJT é no início de maio/2023	

## CONTRATAÇÃO É URGENTE

Data para início dos serviços:	O prazo para execução dos serviços será de 100 (cem) dias corridos, contados a partir da autorização formal da Coordenadoria de Projetos e Obras.
--------------------------------	---

Catálogo (CATMAT/CATSER) (Para prrenchimento deste item, os integrantes administrativos irão auxiliar)

<https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>

21784

## 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)

## 1.1 Descrição resumida do Objeto:

Contratação de empresa especializada para elaboração de todos os projetos executivos complementares ao pré-projeto arquitetônico, para construção do prédio do Fórum Trabalhista de Jaboaticabal, situado na Av. Nicolino Filardi - Gleba A, Quadra 234 - Jardim Barcelona, no município de Jaboaticabal, Estado de São Paulo.

1.2 Descrição Detalhada do Objeto, devendo conter metodologia do trabalho (rotina, ordem de execução), local e periodicidade dos serviços (dias, horários e frequência, rotina de execução dos serviços, prazo, cronograma), relação entre a quantidade e a demanda de serviço a ser contratado (inclusive critérios de medição utilizados), quantitativo ou metragem a ser atendida com a prestação dos serviços com detalhamento dos equipamentos (por exemplo: limpeza de 30 condicionadores de ar sendo 10 da marca XWZ, modelo ABC, com 30.000BTU's) e apontar necessidade de profissional responsável.

A descrição, por ser muito extensa, será feita por meio do Anexo I.

## 1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado (p. ex., 12 meses, 30 meses), e se poderá ser prorrogado OU prazo de execução do serviço.

Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

Outro

## 1.4 Local e horário da prestação dos serviços

Não se aplica

Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
			Coord. Projetos e Obras - F.3231-9500 R.2244
Outros:			

## 2. ANÁLISE de VIABILIDADE

## 2.1 Análise e comparação entre soluções/contratações identificadas:

Não existem outras soluções além da apresentada neste documento.

Justificativa	Necessidade da Administração de contratar projeto executivo para futura construção de prédio para a VT de Jaboaticabal, conforme dimensões e características especificadas neste documento.
---------------	---

Pode ser utilizada a planilha abaixo para especificar as soluções identificadas:			
<b>Solução</b>	<b>Solução 1</b>	<b>Solução 2</b>	<b>Solução 3</b>
<b>Descrição</b>			
<b>Vantagens</b>			
<b>Desvantagens</b>			
<b>Atende (Sim/Não)</b>			

## 2.2 Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)

<b>Solução escolhida</b>	Aquisição de projeto executivo para construção de prédio para a VT de Jaboticabal
<b>Justificativa</b>	Necessidade da Administração de contratar projeto executivo para futura construção de prédio para a VT de Jaboticabal, conforme dimensões e características especificadas neste documento.
<b>Valor estimado</b>	R\$ 276.561,65 (duzentos e setenta e seis mil, quinhentos e sessenta e um reais e sessenta e cinco centavos)
<b>Outros</b>	

<b>2.2.1 Alinhamento Estratégico</b>	<a href="http://portal.trt15.jus.br/plano-2021-2026">http://portal.trt15.jus.br/plano-2021-2026</a>	<b>Selecione abaixo:</b>
Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica		

## 2.2.2 Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)

<input checked="" type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas
<input checked="" type="checkbox"/>	Preservação das instalações
<input checked="" type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários
<input type="checkbox"/>	Adequação de eventos promovidos por este Tribunal
<input type="checkbox"/>	Outro benefício:

## 2.2.3 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado

Não se aplica

## 2.2.4 Necessidade de adequação do ambiente do Tribunal para viabilizar execução do serviço

<input checked="" type="checkbox"/>	Não há adequação a ser feita
<input type="checkbox"/>	Alteração de layout
<input type="checkbox"/>	Instalação elétrica
<input type="checkbox"/>	Instalação lógica
<input type="checkbox"/>	Instalação de divisória
<input type="checkbox"/>	Outra adequação:

## 2.2.5. Há algum impacto ambiental na contratação deste serviço

Não

## 3. SUSTENTAÇÃO do CONTRATO

### 3.1 Selecione as opções abaixo para análise quanto à existência ou não de contrato:

<input checked="" type="checkbox"/>	Entrega integral ACIMA de 30 dias	Tem contrato
<input checked="" type="checkbox"/>	Obrigação futura, como, por exemplo, assistência técnica (EXCETO garantia do serviço ou fornecimento) ou por ser praxe de mercado a existência de contrato.	Tem contrato

**TEM CONTRATO, preencha os itens abaixo:**

<b>3.2 Recursos materiais e humanos necessários à continuidade do objeto contratado</b>	
Não se aplica	

### 3.3 Forma de continuidade serviço em eventual interrupção contratual

<input checked="" type="checkbox"/>	Em caso de serviço não contínuo, realização de nova contratação
<input type="checkbox"/>	Em caso de serviço contínuo, análise quanto à viabilidade de realização de contratação emergencial com abertura de PROAD com as devidas justificativas
<input type="checkbox"/>	Prorrogação excepcional do contrato por mais 12 meses ou até que se conclua nova licitação, caso possível
<b>Outra opção:</b>	

### 3.4 Ações de transição contratual e de encerramento contratual

Não se aplica

#### É necessário sobreposição contratual?

Não se aplica

#### 3.4.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação

Entrega dos projetos, escopo deste contrato, nas versões finais

#### 3.4.2. Devolução de recursos materiais

Não se aplica

## 4. ESTRATÉGIA para a CONTRATAÇÃO

<b>4.1 Natureza do objeto</b>	Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)
-------------------------------	---

### 4.2 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)

<input type="checkbox"/>	Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade	
<input type="checkbox"/>	Grupos com vários itens	Justificativa:
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:
<input checked="" type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa: É necessário que todos os projetos sejam compatibilizados formando um único pacote de informações

<input type="checkbox"/>	Outro:		Justificativa:	
--------------------------	--------	--	----------------	--

<b>4.3 Classificação do bem comum ou não: É possível especificar o serviço/objeto usando parâmetros usuais de mercado?</b>	
Sim	
<b>Justificativa:</b>	Bem comum, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado

<b>4.4 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas</b>	
Pregão eletrônico	
<b>4.4.1 Forma de julgamento:</b>	
Menor preço	
<b>4.4.2 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)</b>	
Por grupo. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço	
<b>4.4.3. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).</b>	
Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.	
Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.	
Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.	

<b>4.5 Classificação orçamentária com indicação da fonte de recurso</b>	
A ser oportunamente preenchida pela Secretaria de Orçamento e Finanças.	

<b>4.6 Equipe de Gestão da Contratação com indicação dos integrantes</b>	
<b>Gestor do Contrato:</b>	Flávio Roberto O. Cabral
<b>Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):</b>	Douglas Jefferson Gusso
<b>Fiscal Técnico do Contrato:</b>	Carlos Alberto Lorenzon
<b>Fiscal Administrativo</b>	André Luis Tomadão (titular) e Carlos Rodrigues da Silva (suplente)

<b>5. PREVISÃO DE CUSTOS OU PREÇOS REFERENCIAIS</b>	
R\$ 276.561,65 (duzentos e setenta e seis mil, quinhentos e sessenta e um reais e sessenta e cinco centavos)	

<b>6. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)</b>	
<b>É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?</b>	
Não	
<b>Justificativa:</b> Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.	
<b>6.1 Fundamentação para a opção por SRP:</b>	
Não se aplica	
<b>6.2 Histórico de consumo:</b>	
Não se aplica	
<b>6.3 Estimativa de consumo:</b>	
Não se aplica	
<b>6.4 Quantidade para Consumo Imediato:</b>	
Não se aplica	
<b>6.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:</b>	
Não se aplica	
<b>6.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:</b>	
Não se aplica	
<b>6.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?</b>	
Não se aplica	
<b>6.8. Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique</b>	
Não se aplica	

<b>7. SUSTENTABILIDADE</b>			
<b>Há critérios de sustentabilidade a serem observado?</b>			
Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada:			
<b>Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:</b>			
grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério	Descrição (NOVO GUIA - é necessário copiar e colar aqui)

Grupo único	-	3.1.1. a 3.3 e todos os seus subitens	Devido ao extenso número de itens e subitens elencados no Guia de Contratações Sustentáveis relativos ao objeto deste PROAD, e que abrangem mais de 15 páginas do referido documento, informamos que a consulta deve ser feita diretamente no link abaixo referenciado, a partir da página 99, até a página 114. Também será disponibilizado um anexo da Guia de Contratações Sustentáveis apenas com as referidas páginas. (Anexo VII) <a href="https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/192701/2021_res0310_csjt.pdf?sequence=1&amp;isAllowed=y">https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/192701/2021_res0310_csjt.pdf?sequence=1&amp;isAllowed=y</a>
<b>Há especificação de ROHs?</b>		Não	Não se aplica
<b>Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:</b>			
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT: <a href="#">Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição</a>			

8. ARQUIVOS	
<b>Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?</b>	
Sim. Se sim, anexá-los ou, ante a impossibilidade, indicar onde podem ser obtidos/baixados (PROAD, email...)	
	Os anexos poderão ser baixados do <b>PROAD 20646/2022</b>  Constituem parte integrante deste PROAD os seguintes anexos: 1. Anexo I - Especificações Técnicas para elaboração dos Projetos Executivos e Complementares; 2. Anexo II - Pré-Projeto de Arquitetura (planta baixa); 3. Anexo III – Descrição do Material; 4. Anexo IV – Modelo de Lista de Profissionais; 5. Anexo V – Modelo de Declaração de Ciência; 6. Anexo VI – Modelo de Autorização para alteração futura dos projetos; 7. Anexo VII - Excerto do Guia de Contratações Sustentáveis;  <b>Obs.:</b> À empresa licitante vencedora, serão entregues os seguintes documentos: - Planta com o Levantamento Planialtimétrico do terreno; - Relatório da Sondagem geológica-geotécnica. - Estudos de fachadas e cortes
<b>Indicar anexo ou local em que pode ser baixado</b>	
<b>No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:</b>	
Os arquivos	

9. VISTORIA / VISITA TÉCNICA	
<b>Há previsão de vistoria/visita técnica?</b>	
Facultativa	
	O TRT15 facultará a realização de vistoria nos locais de execução dos serviços às empresas interessadas em concorrer, com fins de análise e elaboração de suas propostas
<b>Se sim. Justificar:</b>	
OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)	
<b>9.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):</b>	
Coordenadoria de Projetos e Obras - Flávio Cabral; Douglas Gusso; Carlos Lorenzon F.: (19) 3231-9500 r.2244 Horário: 12:00 às 19:00 h. ou email: cpo.secadm@trt15.jus.br	

10. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)	
A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.	
<input checked="" type="checkbox"/>	Operacional:  Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, que comprove(m) ter executado satisfatoriamente, serviços com características semelhantes ao objeto deste edital, compatível(eis) em características, quantidades e prazos. - execução de projetos complementares compatíveis com o objeto da presente licitação
<input checked="" type="checkbox"/>	Registro da empresa no respectivo conselho profissional:  Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou outro Conselho de Profissionais com atribuição para o objeto em questão, em plena validade. Caso a empresa vencedora tenha registro no CREA ou em outro Conselho com atribuição para o objeto em questão, em seccional distinta do local da prestação dos serviços, será exigido o visto no respectivo Conselho do Estado de São Paulo, no momento da primeira reunião agendada pela CPO, que deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após assinatura do contrato.
<input checked="" type="checkbox"/>	Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico).  Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA, ou outro conselho de profissionais, desde que possua atribuição para a execução do objeto, em nome do(s) responsável(veis) técnico(s) e ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços, que demonstre Documento de Responsabilidade Técnica - (ART no caso do CREA ou equivalente no caso de outros Conselhos de Profissionais) ,relativo à execução de serviço(s) semelhante(s) ao objeto deste edital.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade.  Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data da licitação, entendendo-se como tal, para fins deste Edital. A comprovação de vínculo profissional será feita conforme os requisitos abaixo: a) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social; b) Sócio: Contrato Social devidamente registrado em órgão competente; c) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; d) Prestador de serviços: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame. Na ocasião da contratação e da execução dos serviços, o(s) responsável(is) técnico(s) só poderá(ão) ser substituído(s), desde que aprovados pelo TRT, por profissional(is) de e igual ou superior capacidade técnica, devidamente comprovado nos termos deste Termo de Referência.

11. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?	
Sim	

<p><b>Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):</b></p>	<p>NBR 12722/1992 – Discriminação de serviços para construção de edifícios - Procedimentos;  NBR 9050/2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;  NBR 16537/2016 – Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação;  Leis Municipais - Uso e Ocupação do Solo Urbano; Código de Obras  NBR 9077/2001 – Saídas de emergência em edifícios;  NBR 5419/2015 – Proteção contra descargas atmosféricas  NBR 5410/2004 – Instalações elétricas de baixa tensão  NBR 14039/2005 – Instalações elétricas de média tensão  IEC 62446</p>

12. GARANTIA	
<b>12.1 Garantia do objeto</b>	
<b>Especificar o objeto, grupo a qual se refere e as especificações:</b>	
A empresa Contratada responderá durante 5 (cinco) anos após o Recebimento Definitivo dos serviços, por sua qualidade e segurança nos termos do Código Civil Brasileiro.	
Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.	
<b>12.2 Garantia do Contrato</b> (para cumprimento das obrigações contratuais)	
A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de: <ol style="list-style-type: none"> <li>prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;</li> <li>multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e</li> <li>prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.</li> </ol>	
5%	
Justificativa	Para cumprimento das obrigações contratuais

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA			
<p>As obrigações a serem explicitadas devem ser em <b>relação ao objeto da contratação</b>, como, por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Para execução dos serviços, a empresa deverá fornecer todos materiais e equipamentos necessários a seus funcionários</li> <li>- Os funcionários deverão estar uniformizados e identificados por meio de crachá</li> <li>- A empresa deverá agendar, com mínimo de 24 horas, a data de início dos serviços</li> <li>- A empresa deverá fornecer nomes e dados documentais dos funcionários que executarão os serviços</li> <li>- Ao final dos serviços, a empresa deverá fornecer relatório especificando serviços prestados com identificação do responsável e prazo de garantia</li> <li>- Caso se verifique algum defeito ou falha no serviço prestado a empresa deverá providenciar o devido saneamento no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da comunicação da contratante.</li> </ul>			
Especificações:			
<b>13.1. Obrigações da Contratante (TRT)</b>			
<ol style="list-style-type: none"> <li>Proporcionar as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, permitindo o livre acesso dos empregados e prepostos da Contratada ao local onde será executada a obra;</li> <li>Promover, através dos seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da obra, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, dirimindo as dúvidas e questões porventura não esclarecidas, anotando em registros próprios as falhas detectadas e notificando a executante da obra acerca da ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;</li> <li>Promover o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.</li> </ol>			
<b>13.2. Obrigações da Contratada</b>			
<b>Serviços de atendimento ao público (nos termos das Resoluções CSJT n° 218/2018 e CNJ n° 401/2021)</b>			
A contratação da prestação do serviço faz atendimento ao público e possui mais de 10 trabalhadores vinculados?	Não	Se a resposta for NÃO justifique:	Serviço de execução de projeto arquitetônico e de engenharia.
<p>* Atendimento ao público e esclarecimentos de fases e informações processuais (ex: recepcionista, segurança, brigadista)</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>A empresa contratada deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT para cada projeto apresentado, incluindo a planilha de orçamento;</li> <li>A empresa contratada deverá ter pleno conhecimento das especificações para a elaboração dos projetos bem como do local onde será implantado o referido projeto, devendo levantar possíveis discrepâncias, não podendo alegar posteriormente desconhecimento quanto aos mesmos;</li> <li>A empresa contratada deverá, antes do início da elaboração de qualquer um dos projetos especificados, promover uma reunião entre a equipe técnica responsável pela elaboração dos projetos e a Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT 15ª Região, para que se oriente sobre as particularidades de cada projeto, devendo participar da reunião, principalmente os projetistas que executarão o projeto de instalações hidráulicas e PPCL, de instalações elétricas e o estrutural.</li> <li>A empresa contratada deverá entregar a lista de profissionais que compõe a equipe técnica (Anexo IV) na primeira reunião a ser realizada com a Coordenadoria de Projetos e Obras;</li> <li>Todas as decisões necessárias para o desenvolvimento dos projetos deverão ser tomadas juntamente com a Coordenadoria de Projetos e Obras, ou melhor, as principais diretrizes dos projetos serão definidas em conjunto com o Contratante (exemplo: tipo de reservatório, localização, subestação elétrica, central de lógica, sistema interno de TV, etc);</li> <li>Para o desenvolvimento dos diversos projetos a empresa contratada deverá entrar em contato com as Concessionárias e toda a documentação encaminhada para consulta deverá ter cópia remetida à Coordenadoria de Projetos e Obras do Tribunal para que sejam devidamente arquivadas.</li> <li>No desenvolvimento dos diversos projetos deverão ser tomadas decisões com vistas à melhor relação custo/benefício, salientando que todos os objetos indicados poderão ser substituídos por similares quando da contratação da construção. Portanto, a indicação de itens que não possuam similares deverá ser informada à Coordenadoria de Projetos e Obras, com a devida justificativa;</li> <li>Caberá à empresa contratada rever e propor novas soluções técnicas sempre que a solução proposta não for aprovada pelo Tribunal, face à deficiências de ordem técnica, custo financeiro elevado, não atendimento dos requisitos desta especificação o não atendimento das necessidades desta Administração;</li> <li>A edificação deverá atender integralmente à legislação municipal, estadual e federal, em todos os itens objeto de norma específica; às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), ressaltando-se a NBR - 9050/2015, no tocante à acessibilidade; bem como ao Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, no que concerne às obras de engenharia, emitido pelo Conselho Superior da Justiça Trabalho (CSJT);</li> <li>O Projeto Completo, constituído por todos os projetos específicos deverá ser realizado por uma única empresa, para afastar o risco de incompatibilização técnica, desarmonia e ineficácia. A empresa contratada será responsabilizada pelo funcionamento e intercomunicação dos projetos que deverão estar devidamente harmonizados e compatibilizados entre si e serão por ela coordenados. Não obstante, todas as interferências ao projeto arquitetônico apresentado deverão ser previamente aprovadas pela contratante, assim como as necessárias alterações ao projeto de arquitetura serão aprovadas pela contratante;</li> <li>A empresa contratada deverá manter o TRT devidamente informado do andamento do desenvolvimento dos projetos, informando sobre eventuais dificuldades e ou problemas para que os mesmos sejam sanados no menor espaço de tempo possível; <ol style="list-style-type: none"> <li>Havendo necessidade de proceder alterações/correções nos projetos apresentados para aprovação, a empresa terá prazo máximo de 5 dias corridos contados a partir da data da retirada dos projetos na Concessionária para proceder as alterações/correções e reapresentar os projetos para aprovação. Este procedimento se repetirá até a aprovação final do projeto apresentado pela Concessionária/Órgão competente;</li> <li>O Memorial Descritivo e o orçamento deverão ser corrigidos/atualizados sempre que alterações forem executadas nos projetos;</li> </ol> </li> </ol>			

<p><b>PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO</b></p> <p>O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução n° 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema. ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.</p>
<b>Demais obrigações</b>

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS

1. A empresa será responsável pela elaboração dos projetos executivos e complementares para o futuro prédio do Fórum Trabalhista de Jaboticabal, compreendendo o desenvolvimento e detalhamento dos projetos executivos e complementares, especificações técnicas, orçamento sintético e analítico, memórias de cálculo, memoriais descritivos, maquetes, cronograma físico-financeiro, bem como a coordenação e supervisão de todos os projetos, garantindo-se a perfeita compatibilidade entre os mesmos, observando o Pré-Projeto de Arquitetura fornecido por este TRT da 15ª Região (Anexo II deste Termo de Referência) e conforme Especificações Técnicas (Anexo I deste Termo de Referência).
2. O pré-projeto arquitetônico foi desenvolvido pela Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT 15ª Região e será o norteador dos demais projetos a serem desenvolvidos pela contratada;
3. Os projetos a serem desenvolvidos pela empresa contratada deverão atender ao pré-projeto arquitetônico, às especificações dos serviços (Anexo I) e às determinações específicas das normas técnicas pertinentes a cada caso, além de observar as indicações de cada Concessionária correlata ao projeto desenvolvido. Na inexistência de normas da ABNT para determinado assunto, a empresa deverá obedecer à norma técnica indicada para cada situação. Ocorrendo alterações em alguma Norma Técnica Brasileira (NBR) os projetos deverão ser readequados para entrega final.
4. Os projetos arquitetônicos de cortes e fachadas, o relatório de sondagem e o levantamento planialtimétrico do terreno serão entregues ao vencedor do certame;

APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1. Deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- 1.1 Documentos de habilitação técnica conforme qualificação técnica acima;
- 1.2 Lista dos profissionais indicados para elaboração dos projetos, caso a licitante seja a vencedora do certame;
- 1.2.1 A licitante deverá indicar no mínimo um profissional para cada disciplina exigida no presente edital. O profissional indicado para a função de Coordenador poderá acumular a execução de apenas uma disciplina. Os demais profissionais poderão acumular até 3 (três) disciplinas para as quais esteja legalmente habilitado;
- 1.2.2 Exceto para a função de Coordenador, as demais disciplinas poderão ter um ou dois indicados para a elaboração da mesma. Neste caso, se a licitante for adjudicada, todos os profissionais indicados para uma mesma disciplina deverão atuar como autor e co-autor;
- 1.2.3 A lista de profissionais deverá ser apresentada de acordo com o Atestado de Capacidade Técnica Profissional. Não será admitida a designação de profissionais que não atendam aos requisitos específicos de cada disciplina, estabelecidos nas Especificações Técnicas (Anexo I do Termo de Referência);
2. Declaração do representante legal da licitante, nos moldes do Anexo V do Termo de Referência, de que todos os profissionais indicados por ela na Lista de Profissionais examinaram as Especificações Técnicas, o Pré-Projetos Referencial de Arquitetura e demais documentos técnicos constantes da presente licitação, tendo verificado o grau de complexidade exigido para o perfeito cumprimento do objeto

RESPONSABILIDADE TÉCNICA

1. A responsabilidade técnica de cada projeto será do(s) profissional(is) que o elaborar. O direito autoral de cada projeto será da(s) pessoa(s) física(s) ou jurídica que o elaborar, nos termos da legislação vigente;
2. Somente poderão atuar como responsáveis técnicos pelos projetos e coordenação os profissionais constantes na lista de profissionais (Anexo IV deste Termo de Referência) entregue pela licitante na etapa de habilitação ou profissional que, apresentado posteriormente à adjudicação, for aprovado pela Fiscalização;
3. Os autores deverão, no início da contratação, entregar declaração concordando, a partir daquele momento, permitir que os projetos, após concluídos, possam ser alterados por outros profissionais, conforme a conveniência deste Tribunal. A declaração deverá seguir o modelo constante no Anexo V deste Termo de Referência;
4. Os projetos deverão ser elaborados por profissionais legalmente habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho Regional de Arquitetura (CAU), responsáveis pela fiscalização e regulamentação das respectivas profissões, que deverão emitir a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT). Os profissionais deverão anotar todos os projetos sob sua responsabilidade;
5. Todas as peças gráficas que compõem os projetos deverão conter o nome completo, o título profissional, o nº do CREA/CAU e a assinatura dos responsáveis técnicos. Os relatórios, especificações técnicas e demais documentos deverão conter o nome completo, o título profissional, o nº do CREA/CAU e a assinatura dos responsáveis técnicos na última página, e, quando for o caso, a rubrica nas páginas anteriores;
6. Todas as dúvidas sobre soluções alternativas de projeto deverão ser encaminhadas à Coordenadoria de Projetos e Obras do Tribunal, que deliberará qual alternativa será a mais apropriada;
7. Todos os detalhes desenvolvidos deverão receber o visto de aprovação da Equipe Técnica do Tribunal.

RECEBIMENTO DOS PROJETOS

1. Os projetos, memoriais, orçamento e cronograma deverão ser apresentados da seguinte forma:
- 1.1 Dois jogos completos dos projetos desenvolvidos e todos os arquivos eletrônicos dos projetos, em formato DWG (AutoCAD), versão mínima 2014, com indicação a configuração das penas utilizadas, sem qualquer proteção;
- 1.2 O original e uma cópia do projeto de Combate a Incêndio e do Projeto de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) aprovado junto ao Corpo de Bombeiros;
- 1.3 O original e uma cópia do projeto aprovado junto à Concessionária de energia elétrica deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Projetos e Obras do Tribunal para conhecimento e arquivo;
- 1.4 Alvará de construção junto à Prefeitura Municipal;
- 1.5 Número da CEI aberta automaticamente pela Prefeitura;
- 1.6 O original e uma cópia dos demais projetos necessários à aprovação junto às Concessionárias;
2. O recebimento final dos serviços será feito após a aprovação de todos os projetos junto às Concessionárias/Órgãos/Corpo de Bombeiros etc.
- 2.1 A Contratada deverá apresentar comprovante de pagamento das Taxas do CREA-SP ou CAU/SP, anotações de responsabilidades técnicas referentes à elaboração dos projetos e taxas referentes à aprovação dos projetos junto aos Órgãos fiscalizadores, como Corpo de Bombeiros, Concessionárias, etc;

14. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO	
14.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:	
Gestor do Contrato:	Flávio Roberto O. Cabral
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Douglas Jefferson Gusso
14.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber	

1. A empresa contratada terá prazo de **100 (cem) dias corridos**, contados a partir da autorização formal da Coordenadoria de Projetos e Obras, para a entrega final de todos os serviços contratados;

2. O projeto legal de prefeitura deverá ser apresentado de forma célere, uma vez que a aprovação dele depende a execução dos outros projetos;

3. Os projetos que necessitam de aprovação junto às Concessionárias e junto ao Corpo de Bombeiros deverão ser encaminhados para os órgãos competentes em no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o início dos trabalhos, a fim de que eventuais correções sejam elaboradas dentro do prazo final para a conclusão dos serviços contratados. Atrasos referentes à apresentação ante os órgãos competentes serão multados, independentemente de quando os projetos em questão forem entregues aprovados;

3.1 Cópias dos recibos de entrega dos projetos junto aos Órgãos competentes deverão ser encaminhadas à Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT 15ª Região em até dois dias após terem sido protocolados. Os prazos estipulados por cada Órgão analisador deverá ser formalmente informado pela empresa contratada para que o Serviço de Projetos e Obras do TRT 15ª Região possa acompanhar o andamento dos mesmos;

3.2 No caso de o prazo solicitado pela Concessionária/Órgão competente exceder os 100 dias corridos de prazo final para entrega dos serviços contratados, a empresa contratada deverá proceder a entrega de todos os outros documentos dentro do prazo máximo acordado e ficará aguardando a aprovação dos projetos pelas Concessionárias/Órgão competente;

4. Cada projeto deverá ser encaminhado para pré-análise e aprovação pela Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT 15ª Região antes da finalização dos mesmos. Os projetos poderão ser encaminhados por correspondência digital (email). Havendo necessidade de alterações/correções nos projetos a empresa será notificada por escrito no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados do recebimentos dos mesmos e deverá reapresentar os projetos com as devidas correções no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos a partir da data da notificação;

5. Após a execução das alterações/correções a empresa deverá reapresentar os projetos para nova análise pela Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT 15ª Região e aprovação dos mesmos. Havendo necessidade de novas alterações, serão mantidos os prazos descritos acima;

6. A empresa contratada deverá apresentar os projetos finais à Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT 15ª Região antes da conclusão da elaboração do Memorial Descritivo e do Orçamento, uma vez que os projetos serão conferidos e devidamente aprovados. Havendo necessidade de alguma correção, poderá gerar alterações no Memorial e no Orçamento, que deverão ser apresentados finalizados dentro do prazo total para a conclusão dos serviços contratados;

7. Não é de responsabilidade da Coordenadoria de Projetos e Obras a conferência dos cálculos dos projetos apresentados e a verificação de falhas nos desenhos apresentados. Independente disso será efetuada uma conferência em desenhos e pranchas e, na ocorrência de quaisquer problemas desta natureza que vierem a ser constatados, a empresa contratada deverá efetuar os devidos acertos sem que isso dê motivo a qualquer aditivo contratual para aumento no prazo de entrega. Do mesmo modo, notando-se alguma discrepância visível nos resultados dos cálculos dos projetos, a empresa será contatada para que efetue esclarecimentos;

8. Os problemas verificados nos projetos durante o decorrer da execução da obra, como ausência de detalhamentos necessários, incompatibilização entre os projetos complementares ou entre projetos e memorial descritivo, ausência de especificações importantes e necessárias, falhas graves na planilha orçamentária, entre outros, ensejará ao projetista acerto imediato, podendo estar sujeito a sanções se ficar comprovada falha que leve a necessidade de execução de aditivos, comprometendo o valor inicial da obra ou seu prazo de construção;

9. Não serão considerados atrasados os projetos que, mesmo após o vencimento deste contrato, se encontrarem para aprovação nas concessionárias ou outros órgãos, desde que a entrada nesses órgãos tenha sido feita dentro do prazo do contrato, comprovadas com cópia dos protocolos e que não existam modificações significativas que implicariam uma mudança radical nos projetos.

#### 14.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços

Ofício da Coordenadoria de Projetos e Obras

#### 14.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia

Pelo gestor do contrato

#### 14.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada

Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input checked="" type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	cpo.secadm@trt15.jus.br
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	cpo.secadm@trt15.jus.br
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	cpo.secadm@trt15.jus.br
<input checked="" type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	cpo.secadm@trt15.jus.br
<input checked="" type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	cpo.secadm@trt15.jus.br
<input type="checkbox"/>	Outra		

#### 14.6 Forma de recebimento provisório e definitivo

1. O pagamento deste contrato poderá ser feito parcialmente, por projeto, de acordo com a entrega dos projetos executados. Os projetos que dependem de aprovação de concessionárias ou outros órgãos, só serão pagos após a sua entrega devidamente aprovados.

2. Os projetos serão pagos no momento em que não houver mais correções a serem executadas no projeto apresentado.

3. A não aceitação de um determinado projeto, por qualquer motivo, não implica necessariamente na recusa de outro, salvo no caso de subordinação a um projeto recusado.

4. O recebimento final pela Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT 15ª Região dos projetos solicitados está condicionado a:

4.1 Aprovação de todos os projetos juntos aos órgãos de fiscalização competentes;

4.2 Fornecimento de todas as cópias dos projetos e arquivos eletrônicos em DVD;

4.3 Fornecimento das ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou a RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) referentes a cada projeto elaborado (estrutura, hidráulica, elétrica, etc);

Aprovação dos projetos pela Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT 15ª Região.

5. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado o recebimento e será emitido um Termo de Recebimento Provisório, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.666/1993. Este procedimento se repetirá até a conclusão dos serviços.

6. Após a última medição, será emitido pela Comissão de Exames de Obras e Serviços o Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei n.º 8.666/1993.

7. O recebimento não exclui as responsabilidades civil e penal da empresa contratada.

#### 14.7 Forma de pagamento

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

**\*Atentar-se para a necessidade de cadastramento no SIGEO, prevista nas obrigações da contratada.**

#### 14.8 Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e sua forma de acompanhamento (VER EXEMPLO NA ABA IMR - EXEMPLO)

Indicador 1					Entrega dos serviços dentro do prazo contratual				
Finalidade									
Meta a cumprir									
Instrumento de Medição									
Forma de Acompanhamento									
Periodicidade									
Mecanismo de cálculo									
Faixas de Ajuste no pagamento mensal									
Sanções									
Indicador 2					Qualidade na execução dos serviços e dos materiais elencados no projeto				
Finalidade									
Meta a cumprir									

Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	
Indicador 3	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	
<b>14.9 Sanções</b>	
<p>1. O descumprimento injustificado dos prazos deste contrato implicará na aplicação das seguintes multas à contratada, calculadas sobre o valor do respectivo projeto não entregue:</p> <p>a. até o 7º dia de atraso: multa única de 2,0%</p> <p>b. a partir do 8º dia de atraso: multa diária de 0,2%</p> <p>2. Poderá ser penalizado com aplicação de multa de até 10% sobre o valor do contrato, mesmo durante a execução da obra nos seguintes casos:</p> <p>a. falhas graves de quantitativos ou omissões de serviços na planilha de orçamento;</p> <p>b. ausência de detalhamentos e/ou ausência de projetos que impliquem acréscimo de quantitativos e/ou serviços na planilha de orçamento, gerando por consequência aditivos ao contrato;</p> <p>c. falhas graves que possam comprometer o processo licitatório;</p> <p>d. discrepâncias visíveis nos resultados de cálculos de projetos e/ou falhas graves na execução dos desenhos que comprometam a execução da obra.</p>	

<b>14.10 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)</b>					
<p>1. Os licitantes deverão apresentar sua proposta indicando os valores de todos os projetos aqui descritos de forma individual, totalizando no final;</p> <p>2. Eventuais dúvidas ou discordâncias referentes ao presente Termo de Referência e seus Anexos deverão ser remetidas à Coordenadoria de Licitações deste Tribunal;</p> <p>3. Os esclarecimentos deverão ser feitos antes da apresentação da proposta, não se admitindo durante a execução do contrato que o vencedor alegue desconhecimento ou dificuldade de compreensão sobre algum serviço especificado, orçado ou desenhado;</p> <p>4. O preço total deverá englobar todos os custos com taxas de aprovação, emissão de Certidões, cópias, etc, sendo que o TRT não arcará com nenhum custo extra.</p>					

<b>15. DISPOSIÇÕES GERAIS</b>					

<b>16. ANÁLISE de RISCOS</b> (deverão ser preenchidos os Riscos do Serviço - Item 15.2)					
<b>16.1 Riscos do Processo de Contratação:</b>					
<b>Risco 1</b>	Impugnação durante o processo de licitação				
<b>Probabilidade</b>	Média	<b>Impacto</b>	Alto		
<b>Dano</b>	Atrasos na contratação				
<b>Ação Preventiva</b>					<b>Responsável</b>
Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei.					Gestor
<b>Ação de Contingência</b>					<b>Responsável</b>
Alteração do edital se pertinente e/ou caso haja contrato, renovação excepcional deste.					Gestor e Coord. Licitações e Contratos.
<b>Risco 2</b>	Falta de orçamento para concluir a contratação				
<b>Probabilidade</b>	Média	<b>Impacto</b>	Alto		
<b>Dano</b>	Indisponibilidade do serviço				
<b>Ação Preventiva</b>					<b>Responsável</b>
Previsão no Plano de Contratações					Gestor
<b>Ação de Contingência</b>					<b>Responsável</b>
Manutenção do atual modelo de aquisições dos itens envolvidos ou verificação de outra dotação que possa ser deslocado o valor para esta contratação.					Gestor
<b>Risco 3</b>	Licitação fracassada ou deserta				
<b>Probabilidade</b>	Média	<b>Impacto</b>	Alto		
<b>Dano</b>	Inviabilizar a contratação				
<b>Ação Preventiva</b>					<b>Responsável</b>
Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei. Consulta aos fornecedores qualificados para adequação das características técnicas de forma a ampliar a concorrência.					Gestor
<b>Ação de Contingência</b>					<b>Responsável</b>
Manutenção do atual modelo de aquisições dos itens envolvidos ou reedição de nova licitação					Gestor
<b>Risco 4</b>	Atraso na licitação				
<b>Probabilidade</b>	Baixa	<b>Impacto</b>	Alto		

<b>Dano</b>	Indisponibilidade do serviço
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
Início do DOD com antecedência	Equipe de planejamento da contratação
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
Manutenção do atual modelo de aquisições dos itens envolvidos	Gestor

<b>16.2 Riscos do Objeto:</b>			
<b>Risco 1</b>	Inexecução do Contrato		
<b>Probabilidade</b>	Baixa	<b>Impacto</b>	Alto
<b>Dano</b>	Inexecução do Orçamento designado e impossibilidade de construir o imóvel		
<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>		
fiscalização e termo de referência tecnicamente bem executado	Coordenadoria de Projetos e Obras		
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>		
Cancelamento do contrato entre TRT e Contratada	Gestor do Contrato e Secretaria Administrativa		

<b>17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO</b>			
<b>Contratação é viável?</b>			
<input checked="" type="checkbox"/>	Sim		
<input type="checkbox"/>	Não		

Data:	12/09/22			
Integrante Demandante:	FLÁVIO ROBERTO O. CABRAL			
Integrante Técnico:	CARLOS ALBERTO LORENZON			
- Integrante Administrativo:	Titular:	Christiano Carneiro Ferreira	Suplente	Douglas Suetsugo Mitsuse

<b>ANEXO</b>			
<b>TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO– Parte 1</b>			
<b>1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)</b>			
<b>1.1 Descrição resumida do Objeto:</b>			
Contratação de empresa especializada para elaboração de todos os projetos executivos complementares ao pré-projeto arquitetônico, para construção do prédio do Fórum Trabalhista de Jaboticabal, situado na Av. Nicolino Filardi - Gleba A, Quadra 234 - Jardim Barcelona, no município de Jaboticabal, Estado de São Paulo.			
<b>1.2 Descrição Detalhada do Objeto, devendo conter metodologia do trabalho (rotina, ordem de execução), local e periodicidade dos serviços (dias, horários e frequência, rotina de execução dos serviços, prazo, cronograma), relação entre a quantidade e a demanda de serviço a ser contratado (inclusive critérios de medição utilizados), quantitativo ou metragem a ser atendida com a prestação dos serviços com detalhamento dos equipamentos (por exemplo: limpeza de 30 condicionadores de ar sendo 10 da marca XWZ, modelo ABC, com 30.000BTU's) e apontar necessidade de técnico responsável.</b>			
A descrição, por ser muito extensa, será feita por meio do Anexo I.			

<b>1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado (p. ex., 12 meses, 30 meses), e se poderá ser prorrogado.</b>
Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)
<b>Outro</b>

<b>1.4 Local e horário da prestação dos serviços</b>			
Não se aplica			
<b>Endereço</b>	<b>Horário</b>	<b>Dias da semana/Outro</b>	<b>Agendamento, indicar nome, telefone/ramal</b>
			Coord. Projetos e Obras - F.3231-9500 R.2244
<b>Outros:</b>			

<b>2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO</b>			
<b>2.1 Motivação</b>			
<b>Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)</b>			
<b>Solução escolhida</b>	Aquisição de projeto executivo para construção de prédio para a VT de Jaboticabal		
<b>Justificativa</b>	Necessidade da Administração de contratar projeto executivo para futura construção de prédio para a VT de Jaboticabal, conforme dimensões e características especificadas neste documento.		
<b>Valor estimado</b>	R\$ 276.561,65 (duzentos e setenta e seis mil, quinhentos e sessenta e um reais e sessenta e cinco centavos)		
<b>Outros</b>			

<b>2.2 Objetivos a serem alcançados, incluindo benefícios diretos e indiretos esperados</b>			
<b>Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)</b>			
<input checked="" type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas		
<input checked="" type="checkbox"/>	Preservação das instalações		
<input checked="" type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários		
<input type="checkbox"/>	Adequação de eventos promovidos por este Tribunal		
<input type="checkbox"/>	Outro benefício:		

<b>2.3 Alinhamento Estratégico</b>	<a href="http://portal.trt15.jus.br/plano-2015-2020">http://portal.trt15.jus.br/plano-2015-2020</a>
Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica	

**2.4 Referência aos Estudos Preliminares**  
20646/2022

**2.5 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado**  
Não se aplica

**2.6 Natureza do objeto**  
Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

2.7 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)			
<input type="checkbox"/>	Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade		
<input type="checkbox"/>	Grupo com vários itens	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:	

**2.8 Impacto ambiental**  
Não

3. GESTÃO DO CONTRATO	
<b>3.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:</b>	
<b>Gestor do Contrato:</b>	Flávio Roberto O. Cabral
<b>Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):</b>	Douglas Jefferson Gusso

**TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO MERCADO**

**Catálogo (CATMAT/CATSER)**  
21784

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)**  
**1.1 Descrição resumida do Objeto:**  
Contratação de empresa especializada para elaboração de todos os projetos executivos complementares ao pré-projeto arquitetônico, para construção do prédio do Fórum Trabalhista de Jaboticabal, situado na Av. Nicolino Filardi - Gleba A, Quadra 234 - Jardim Barcelona, no município de Jaboticabal, Estado de São Paulo.

**1.2 Descrição Detalhada do Objeto**  
A descrição, por ser muito extensa, será feita por meio do Anexo I.

**1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado e se poderá ser prorrogado.**  
Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)  
**Outro**

**2. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO**  
**2.1 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas**  
Pregão eletrônico

**2.2 Forma de julgamento:**  
Menor preço

**2.3 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)**  
Por grupo. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço

**2.4. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).**  
Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.  
Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.  
Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

**2.4 É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?**  
Não

Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.
<b>2.4.1 Fundamentação para a opção por SRP:</b>
Não se aplica
<b>2.4.2 Histórico de consumo:</b>
Não se aplica
<b>2.4.3 Estimativa de consumo:</b>
Não se aplica
<b>2.4.4 Quantidade para Consumo Imediato:</b>
Não se aplica
<b>2.4.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:</b>
Não se aplica
<b>2.4.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:</b>
Não se aplica
<b>2.4.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?</b>
Não se aplica
<b>2.4.8 Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique</b>
Não se aplica

3. REQUISITOS TÉCNICO-LEGAIS DA CONTRATAÇÃO			
<b>3.1. Há critérios de sustentabilidade a serem observado?</b>			
Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada:			
Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:			
grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)
Grupo único	-	3.1.1. a 3.3 e todos os seus subitens	Devido ao extenso número de itens e subitens elencados no Guia de Contratações Sustentáveis relativos ao objeto deste PROAD, e que abrangem mais de 15 páginas do referido documento, informamos que a consulta deve ser feita diretamente no link abaixo referenciado, a partir da página 99, até a página 114. Também será disponibilizado um anexo da Guia de Contratações Sustentáveis apenas com as referidas páginas. (Anexo VII) <a href="https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/192701/2021_res0310_csjt.pdf?sequence=1&amp;isAllowed=y">https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/192701/2021_res0310_csjt.pdf?sequence=1&amp;isAllowed=y</a>
<b>Há especificação de ROHs?</b>	Não	Não se aplica	
<b>Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:</b>			
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT: <a href="#">Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição</a>			

<b>3.2 ARQUIVOS</b>
<b>Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?</b>
Sim. Se sim, anexá-los ou, ante a impossibilidade, indicar onde podem ser obtidos/baixados (PROAD, email...)
Os anexos poderão ser baixados do PROAD 20646/2022
Constituem parte integrante deste PROAD os seguintes anexos: 1. Anexo I - Especificações Técnicas para elaboração dos Projetos Executivos e Complementares; 2. Anexo II - Pré-Projeto de Arquitetura (planta baixa); 3. Anexo III – Descrição do Material; 4. Anexo IV – Modelo de Lista de Profissionais; 5. Anexo V – Modelo de Declaração de Ciência; 6. Anexo VI – Modelo de Autorização para alteração futura dos projetos; 7. Anexo VII - Excerto do Guia de Contratações Sustentáveis;
Obs.: À empresa licitante vencedora, serão entregues os seguintes documentos: - Planta com o Levantamento Planialtimétrico do terreno; - Relatório da Sondagem geológica-geotécnica. - Estudos de fachadas e cortes
Indicar anexo ou local em que pode ser baixado
No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:
Os arquivos

<b>3.3 ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)</b>
A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.

<input checked="" type="checkbox"/>	Operacional:	Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, que comprove(m) ter executado satisfatoriamente, serviços com características semelhantes ao objeto deste edital, compatível(eis) em características, quantidades e prazos. - execução de projetos complementares compatíveis com o objeto da presente licitação
<input checked="" type="checkbox"/>	Registro da empresa no respectivo conselho profissional:	Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou outro Conselho de Profissionais com atribuição para o objeto em questão, em plena validade. Caso a empresa vencedora tenha registro no CREA ou em outro Conselho com atribuição para o objeto em questão, em seccional distinta do local da prestação dos serviços, será exigido o visto no respectivo Conselho do Estado de São Paulo, no momento da primeira reunião agendada pela CPO, que deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após assinatura do contrato.
<input checked="" type="checkbox"/>	Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico).	Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA, ou outro conselho de profissionais, desde que possua atribuição para a execução do objeto, em nome do(s) responsável(veis) técnico(s) e ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços, que demonstre Documento de Responsabilidade Técnica - (ART no caso do CREA ou equivalente no caso de outros Conselhos de Profissionais) ,relativo à execução de serviço(s) semelhante(s) ao objeto deste edital.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade.	<b>Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data da licitação, entendendo-se como tal, para fins deste Edital.</b> <b>A comprovação de vínculo profissional será feita conforme os requisitos abaixo:</b> <b>a) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;</b> <b>b) Sócio: Contrato Social devidamente registrado em órgão competente;</b> <b>c) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;</b> <b>d) Prestador de serviços: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.</b> <b>Na ocasião da contratação e da execução dos serviços, o(s) responsável(is) técnico(s) só poderá(ão) ser substituído(s), desde que aprovados pelo TRT, por profissional(is) de e igual ou superior capacidade técnica, devidamente comprovado nos termos deste Termo de Referência.</b>

### 3.4 HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?

Sim	
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):	NBR 12722/1992 – Discriminação de serviços para construção de edifícios - Procedimentos; NBR 9050/2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; NBR 16537/2016 – Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação; Leis Municipais - Uso e Ocupação do Solo Urbano; Código de Obras NBR 9077/2001 – Saídas de emergência em edifícios; NBR 5419/2015 – Proteção contra descargas atmosféricas NBR 5410/2004 – Instalações elétricas de baixa tensão NBR 14039/2005 – Instalações elétricas de média tensão IEC 62446

### 4. VISTORIA / VISITA TÉCNICA

Há previsão de vistoria/visita técnica?	Facultativa
Se sim. Justificar:	O TRT15 facultará a realização de vistoria nos locais de execução dos serviços às empresas interessadas em concorrer, com fins de análise e elaboração de suas propostas
OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)	
<b>4.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):</b> Coordenadoria de Projetos e Obras - Flávio Cabral; Douglas Gusso; Carlos Lorenzon F.: (19) 3231-9500 r.2244 Horário: 12:00 às 19:00 h. ou email: cpo.secadm@trt15.jus.br	

### 5. PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para execução dos serviços será de 100 (cem) dias corridos, contados a partir da autorização formal da Coordenadoria de Projetos e Obras.
---

### 6. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Não se aplica			
Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
			Coord. Projetos e Obras - F.3231-9500 R.2244
Outros:			

### 7. GARANTIA

<b>7.1 Garantia do objeto</b>	
<b>Especificar o objeto e a qual grupo se refere:</b>	
A empresa Contratada responderá durante 5 (cinco) anos após o Recebimento Definitivo dos serviços, por sua qualidade e segurança nos termos do Código Civil Brasileiro.	
Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.	
<b>7.2 Garantia do Contrato</b> (para cumprimento das obrigações contratuais)	
A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:	
1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;	
2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e	
3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.	
5%	
Justificativa	Para cumprimento das obrigações contratuais

### 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

Especificações:
<b>8.1. Obrigações da Contratante (TRT)</b>

1. Proporcionar as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, permitindo o livre acesso dos empregados e prepostos da Contratada ao local onde será executada a obra;
2. Promover, através dos seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da obra, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, dirimindo as dúvidas e questões porventura não esclarecidas, anotando em registros próprios as falhas detectadas e notificando a executante da obra acerca da ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;
3. Promover o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

## 8.2. Obrigações da Contratada

### Serviços de atendimento ao público (nos termos das Resoluções CSJT nº 218/2018 e CNJ nº 401/2021)

A contratação da prestação do serviço faz atendimento ao público e possui mais de 10 trabalhadores vinculados? * Atendimento ao público e esclarecimentos de fases e informações processuais (ex: recepcionista, segurança, brigadista)	Não	Se a resposta for NÃO justifique:	Serviço de execução de projeto arquitetônico e de engenharia.
<p>1. A empresa contratada deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT para cada projeto apresentado, incluindo a planilha de orçamento;</p> <p>2. A empresa contratada deverá ter pleno conhecimento das especificações para a elaboração dos projetos bem como do local onde será implantado o referido projeto, devendo levantar possíveis discrepâncias, não podendo alegar posteriormente desconhecimento quanto aos mesmos;</p> <p>3. A empresa contratada deverá, antes do início da elaboração de qualquer um dos projetos especificados, promover uma reunião entre a equipe técnica responsável pela elaboração dos projetos e a Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT 15ª Região, para que se oriente sobre as particularidades de cada projeto, devendo participar da reunião, principalmente os projetistas que executarão o projeto de instalações hidráulicas e PPCI, de instalações elétricas e o estrutural.</p> <p>4. A empresa contratada deverá entregar a lista de profissionais que compõe a equipe técnica (Anexo IV) na primeira reunião a ser realizada com a Coordenadoria de Projetos e Obras;</p> <p>5. Todas as decisões necessárias para o desenvolvimento dos projetos deverão ser tomadas juntamente com a Coordenadoria de Projetos e Obras, ou melhor, as principais diretrizes dos projetos serão definidas em conjunto com o Contratante (exemplo: tipo de reservatório, localização, subestação elétrica, central de lógica, sistema interno de TV, etc);</p> <p>6. Para o desenvolvimento dos diversos projetos a empresa contratada deverá entrar em contato com as Concessionárias e toda a documentação encaminhada para consulta deverá ter cópia remetida à Coordenadoria de Projetos e Obras do Tribunal para que sejam devidamente arquivadas.</p> <p>7. No desenvolvimento dos diversos projetos deverão ser tomadas decisões com vistas à melhor relação custo/benefício, salientando que todos os objetos indicados poderão ser substituídos por similares quando da contratação da construção. Portanto, a indicação de itens que não possuam similares deverá ser informada à Coordenadoria de Projetos e Obras, com a devida justificativa;</p> <p>8. Caberá à empresa contratada rever e propor novas soluções técnicas sempre que a solução proposta não for aprovada pelo Tribunal, face à deficiências de ordem técnica, custo financeiro elevado, não atendimento dos requisitos desta especificação o não atendimento das necessidades desta Administração;</p> <p>9. A edificação deverá atender integralmente à legislação municipal, estadual e federal, em todos os itens objeto de norma específica; às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), ressaltando-se a NBR - 9050/2015, no tocante à acessibilidade; bem como ao Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, no que concerne às obras de engenharia, emitido pelo Conselho Superior da Justiça Trabalho (CSJT);</p> <p>10. O Projeto Completo, constituído por todos os projetos específicos deverá ser realizado por uma única empresa, para afastar o risco de incompatibilização técnica, desarmonia e ineficácia. A empresa contratada será responsabilizada pelo funcionamento e intercomunicação dos projetos que deverão estar devidamente harmonizados e compatibilizados entre si e serão por ela coordenados. Não obstante, todas as interferências ao projeto arquitetônico apresentado deverão ser previamente aprovadas pela contratante, assim como as necessárias alterações ao projeto de arquitetura serão aprovadas pela contratante;</p> <p>11. A empresa contratada deverá manter o TRT devidamente informado do andamento do desenvolvimento dos projetos, informando sobre eventuais dificuldades e ou problemas para que os mesmos sejam sanados no menor espaço de tempo possível;</p> <p>11.1 Havendo necessidade de proceder alterações/correções nos projetos apresentados para aprovação, a empresa terá prazo máximo de 5 dias corridos contados a partir da data da retirada dos projetos na Concessionária para proceder as alterações/correções e reapresentar os projetos para aprovação. Este procedimento se repetirá até a aprovação final do projeto apresentado pela Concessionária/Órgão competente;</p> <p>11.2 O Memorial Descritivo e o orçamento deverão ser corrigidos/atualizados sempre que alterações forem executadas nos projetos;</p>			

### PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema. ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.

Demais obrigações

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS

1. A empresa será responsável pela elaboração dos projetos executivos e complementares para o futuro prédio do Fórum Trabalhista de Jaboticabal, compreendendo o desenvolvimento e detalhamento dos projetos executivos e complementares, especificações técnicas, orçamento sintético e analítico, memórias de cálculo, memoriais descritivos, maquetes, cronograma físico-financeiro, bem como a coordenação e supervisão de todos os projetos, garantindo-se a perfeita compatibilidade entre os mesmos, observando o Pré-Projeto de Arquitetura fornecido por este TRT da 15ª Região (Anexo II deste Termo de Referência) e conforme Especificações Técnicas (Anexo I deste Termo de Referência).
2. O pré-projeto arquitetônico foi desenvolvido pela Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT 15ª Região e será o norteador dos demais projetos a serem desenvolvidos pela contratada;
3. Os projetos a serem desenvolvidos pela empresa contratada deverão atender ao pré-projeto arquitetônico, às especificações dos serviços (Anexo I) e às determinações específicas das normas técnicas pertinentes a cada caso, além de observar as indicações de cada Concessionária correlata ao projeto desenvolvido. Na inexistência de normas da ABNT para determinado assunto, a empresa deverá obedecer à norma técnica indicada para cada situação. Ocorrendo alterações em alguma Norma Técnica Brasileira (NBR) os projetos deverão ser readequados para entrega final.
4. Os projetos arquitetônicos de cortes e fachadas, o relatório de sondagem e o levantamento planialtimétrico do terreno serão entregues ao vencedor do certame;

APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1. Deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- 1.1 Documentos de habilitação técnica conforme qualificação técnica acima;
- 1.2 Lista dos profissionais indicados para elaboração dos projetos, caso a licitante seja a vencedora do certame;
- 1.2.1 A licitante deverá indicar no mínimo um profissional para cada disciplina exigida no presente edital. O profissional indicado para a função de Coordenador poderá acumular a execução de apenas uma disciplina. Os demais profissionais poderão acumular até 3 (três) disciplinas para as quais esteja legalmente habilitado;
- 1.2.2 Exceto para a função de Coordenador, as demais disciplinas poderão ter um ou dois indicados para a elaboração da mesma. Neste caso, se a licitante for adjudicada, todos os profissionais indicados para uma mesma disciplina deverão atuar como autor e co-autor;
- 1.2.3 A lista de profissionais deverá ser apresentada de acordo com o Atestado de Capacidade Técnica Profissional. Não será admitida a designação de profissionais que não atendam aos requisitos específicos de cada disciplina, estabelecidos nas Especificações Técnicas (Anexo I do Termo de Referência);
2. Declaração do representante legal da licitante, nos moldes do Anexo V do Termo de Referência, de que todos os profissionais indicados por ela na Lista de Profissionais examinaram as Especificações Técnicas, o Pré-Projetos Referencial de Arquitetura e demais documentos técnicos constantes da presente licitação, tendo verificado o grau de complexidade exigido para o perfeito cumprimento do objeto

RESPONSABILIDADE TÉCNICA

1. A responsabilidade técnica de cada projeto será do(s) profissional(is) que o elaborar. O direito autoral de cada projeto será da(s) pessoa(s) física(s) ou jurídica que o elaborar, nos termos da legislação vigente;
2. Somente poderão atuar como responsáveis técnicos pelos projetos e coordenação os profissionais constantes na lista de profissionais (Anexo IV deste Termo de Referência) entregue pela licitante na etapa de habilitação ou profissional que, apresentado posteriormente à adjudicação, for aprovado pela Fiscalização;
3. Os autores deverão, no início da contratação, entregar declaração concordando, a partir daquele momento, permitir que os projetos, após concluídos, possam ser alterados por outros profissionais, conforme a conveniência deste Tribunal. A declaração deverá seguir o modelo constante no Anexo V deste Termo de Referência;
4. Os projetos deverão ser elaborados por profissionais legalmente habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho Regional de Arquitetura (CAU), responsáveis pela fiscalização e regulamentação das respectivas profissões, que deverão emitir a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT). Os profissionais deverão anotar todos os projetos sob sua responsabilidade;
5. Todas as peças gráficas que compõem os projetos deverão conter o nome completo, o título profissional, o nº do CREA/CAU e a assinatura dos responsáveis técnicos. Os relatórios, especificações técnicas e demais documentos deverão conter o nome completo, o título profissional, o nº do CREA/CAU e a assinatura dos responsáveis técnicos na última página, e, quando for o caso, a rubrica nas páginas anteriores;
6. Todas as dúvidas sobre soluções alternativas de projeto deverão ser encaminhadas à Coordenadoria de Projetos e Obras do Tribunal, que deliberará qual alternativa será a mais apropriada;
7. Todos os detalhes desenvolvidos deverão receber o visto de aprovação da Equipe Técnica do Tribunal.

RECEBIMENTO DOS PROJETOS

1. Os projetos, memoriais, orçamento e cronograma deverão ser apresentados da seguinte forma:
- 1.1 Dois jogos completos dos projetos desenvolvidos e todos os arquivos eletrônicos dos projetos, em formato DWG (AutoCAD), versão mínima 2014, com indicação a configuração das penas utilizadas, sem qualquer proteção;
- 1.2 O original e uma cópia do projeto de Combate a Incêndio e do Projeto de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) aprovado junto ao Corpo de Bombeiros;
- 1.3 O original e uma cópia do projeto aprovado junto à Concessionária de energia elétrica deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Projetos e Obras do Tribunal para conhecimento e arquivo;
- 1.4 Alvará de construção junto à Prefeitura Municipal;
- 1.5 Número da CEI aberta automaticamente pela Prefeitura;
- 1.6 O original e uma cópia dos demais projetos necessários à aprovação junto às Concessionárias;
2. O recebimento final dos serviços será feito após a aprovação de todos os projetos junto às Concessionárias/Órgãos/Corpo de Bombeiros etc.
- 2.1 A Contratada deverá apresentar comprovante de pagamento das Taxas do CREA-SP ou CAU/SP, anotações de responsabilidades técnicas referentes à elaboração dos projetos e taxas referentes à aprovação dos projetos junto aos Órgãos fiscalizadores, como Corpo de Bombeiros, Concessionárias, etc;

9. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:

Gestor do Contrato:	Flávio Roberto O. Cabral
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Douglas Jefferson Gusso

9.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber

1. A empresa contratada terá prazo de 100 (cem) dias corridos, contados a partir a partir da autorização formal da Coordenadoria de Projetos e Obras, para a entrega final de todos os serviços contratados;

2. O projeto legal de prefeitura deverá ser apresentado de forma célere, uma vez que da aprovação dele depende a execução dos outros projetos;

3. Os projetos que necessitam de aprovação junto às Concessionárias e junto ao Corpo de Bombeiros deverão ser encaminhados para os órgãos competentes em no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o início dos trabalhos, a fim de que eventuais correções sejam elaboradas dentro do prazo final para a conclusão dos serviços contratados. Atrasos referentes à apresentação ante os órgãos competentes serão multados, independentemente de quando os projetos em questão forem entregues aprovados;

3.1 Cópias dos recibos de entrega dos projetos junto aos Órgãos competentes deverão ser encaminhadas à Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT 15ª Região em até dois dias após terem sido protocolados. Os prazos estipulados por cada Órgão analisador deverá ser formalmente informado pela empresa contratada para que o Serviço de Projetos e Obras do TRT 15ª Região possa acompanhar o andamento dos mesmos;

3.2 No caso de o prazo solicitado pela Concessionária/Órgão competente exceder os 100 dias corridos de prazo final para entrega dos serviços contratados, a empresa contratada deverá proceder a entrega de todos os outros documentos dentro do prazo máximo acordado e ficará aguardando a aprovação dos projetos pelas Concessionárias/Órgão competente;

4. Cada projeto deverá ser encaminhado para pré-análise e aprovação pela Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT 15ª Região antes da finalização dos mesmos. Os projetos poderão ser encaminhados por correspondência digital (email). Havendo necessidade de alterações/correções nos projetos a empresa será notificada por escrito no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados do recebimentos dos mesmos e deverá reapresentar os projetos com as devidas correções no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos a partir da data da notificação;

5. Após a execução das alterações/correções a empresa deverá reapresentar os projetos para nova análise pela Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT 15ª Região e aprovação dos mesmos. Havendo necessidade de novas alterações, serão mantidos os prazos descritos acima;

6. A empresa contratada deverá apresentar os projetos finais à Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT 15ª Região antes da conclusão da elaboração do Memorial Descritivo e do Orçamento, uma vez que os projetos serão conferidos e devidamente aprovados. Havendo necessidade de alguma correção, poderá gerar alterações no Memorial e no Orçamento, que deverão ser apresentados finalizados dentro do prazo total para a conclusão dos serviços contratados;

7. Não é de responsabilidade da Coordenadoria de Projetos e Obras a conferência dos cálculos dos projetos apresentados e a verificação de falhas nos desenhos apresentados. Independente disso será efetuada uma conferência em desenhos e pranchas e, na ocorrência de quaisquer problemas desta natureza que vierem a ser constatados, a empresa contratada deverá efetuar os devidos acertos sem que isso dê motivo a qualquer aditivo contratual para aumento no prazo de entrega. Do mesmo modo, notando-se alguma discrepância visível nos resultados dos cálculos dos projetos, a empresa será contatada para que efetue esclarecimentos;

8. Os problemas verificados nos projetos durante o decorrer da execução da obra, como ausência de detalhamentos necessários, incompatibilização entre os projetos complementares ou entre projetos e memorial descritivo, ausência de especificações importantes e necessárias, falhas graves na planilha orçamentária, entre outros, ensejará ao projetista acerto imediato, podendo estar sujeito a sanções se ficar comprovada falha que leve a necessidade de execução de aditivos, comprometendo o valor inicial da obra ou seu prazo de construção;

9. Não serão considerados atrasados os projetos que, mesmo após o vencimento deste contrato, se encontrarem para aprovação nas concessionárias ou outros órgãos, desde que a entrada nesses órgãos tenha sido feita dentro do prazo do contrato, comprovadas com cópia dos protocolos e que não existam modificações significativas que implicariam uma mudança radical nos projetos.

<b>9.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços</b>
Ofício da Coordenadoria de Projetos e Obras

<b>9.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia</b>
Pelo gestor do contrato

<b>9.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada</b>			
Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input checked="" type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	cpo.secadm@trt15.jus.br
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	cpo.secadm@trt15.jus.br
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	cpo.secadm@trt15.jus.br
<input checked="" type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	cpo.secadm@trt15.jus.br
<input type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	cpo.secadm@trt15.jus.br
<input type="checkbox"/>	Outra		

<b>9.6 Forma de recebimento provisório e definitivo</b>
1. O pagamento deste contrato poderá ser feito parcialmente, por projeto, de acordo com a entrega dos projetos executados. Os projetos que dependem de aprovação de concessionárias ou outros órgãos, só serão pagos após a sua entrega devidamente aprovados.
2. Os projetos serão pagos no momento em que não houver mais correções a serem executadas no projeto apresentado.
3. A não aceitação de um determinado projeto, por qualquer motivo, não implica necessariamente na recusa de outro, salvo no caso de subordinação a um projeto recusado.
4. O recebimento final pela Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT 15ª Região dos projetos solicitados está condicionado a:
4.1 Aprovação de todos os projetos juntos aos órgãos de fiscalização competentes;
4.2 Fornecimento de todas as cópias dos projetos e arquivos eletrônicos em DVD;
4.3 Fornecimento das ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou a RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) referentes a cada projeto elaborado (estrutura, hidráulica, elétrica, etc);
Aprovação dos projetos pela Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT 15ª Região.
5. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado o recebimento e será emitido um Termo de Recebimento Provisório, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.666/1993. Este procedimento se repetirá até a conclusão dos serviços.
6. Após a última medição, será emitido pela Comissão de Exames de Obras e Serviços o Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei n.º 8.666/1993.
7. O recebimento não exclui as responsabilidades civil e penal da empresa contratada.

<b>9.7 Forma de pagamento</b>
O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.
*Atentar-se para a necessidade de cadastramento no SIGEO, prevista nas obrigações da contratada.

<b>9.8 Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e sua forma de acompanhamento</b>	
<b>Indicador 1</b>	<b>Entrega dos serviços dentro do prazo contratual</b>
<b>Finalidade</b>	
<b>Meta a cumprir</b>	
<b>Instrumento de Medição</b>	
<b>Forma de Acompanhamento</b>	
<b>Periodicidade</b>	
<b>Mecanismo de cálculo</b>	
<b>Faixas de Ajuste no pagamento mensal</b>	
<b>Sanções</b>	
<b>Indicador 2</b>	<b>Qualidade na execução dos serviços e dos materiais elencados no projeto</b>
<b>Finalidade</b>	
<b>Meta a cumprir</b>	
<b>Instrumento de Medição</b>	
<b>Forma de Acompanhamento</b>	
<b>Periodicidade</b>	

Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	
Indicador 3	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	

#### 9.9 Sanções

- O descumprimento injustificado dos prazos deste contrato implicará na aplicação das seguintes multas à contratada, calculadas sobre o valor do respectivo projeto não entregue:
  - até o 7º dia de atraso: multa única de 2,0%
  - a partir do 8º dia de atraso: multa diária de 0,2%
- Poderá ser penalizado com aplicação de multa de até 10% sobre o valor do contrato, mesmo durante a execução da obra nos seguintes casos:
  - falhas graves de quantitativos ou omissões de serviços na planilha de orçamento;
  - ausência de detalhamentos e/ou ausência de projetos que impliquem acréscimo de quantitativos e/ou serviços na planilha de orçamento, gerando por consequência aditivos ao contrato;
  - falhas graves que possam comprometer o processo licitatório;
  - discrepâncias visíveis nos resultados de cálculos de projetos e/ou falhas graves na execução dos desenhos que comprometam a execução da obra.

#### 10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- Os licitantes deverão apresentar sua proposta indicando os valores de todos os projetos aqui descritos de forma individual, totalizando no final;
- Eventuais dúvidas ou discordâncias referentes ao presente Termo de Referência e seus Anexos deverão ser remetidas à Coordenadoria de Licitações deste Tribunal;
- Os esclarecimentos deverão ser feitos antes da apresentação da proposta, não se admitindo durante a execução do contrato que o vencedor alegue desconhecimento ou dificuldade de compreensão sobre algum serviço especificado, orçado ou desenhado;
- O preço total deverá englobar todos os custos com taxas de aprovação, emissão de Certidões, cópias, etc, sendo que o TRT não arcará com nenhum custo extra.


#### 11. DISPOSIÇÕES GERAIS

#### TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO CONTRATOS

Data:	12/09/22
Número do PROAD aberto	20646/2022
Área Demandante:	COORDENADORIA DE PROJETOS E OBRAS
Área Requisitante:	COORDENADORIA DE PROJETOS E OBRAS

Contratação urgente?	<input type="checkbox"/>	Contrato/ata vence nos próximos 4 meses
	<input type="checkbox"/>	Contratada está com certidão irregular
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato
	<input checked="" type="checkbox"/>	Outra justificativa:

O prazo para entrega do projeto para a CCAUD/CSJT é no início de maio/2023

#### CONTRATAÇÃO É URGENTE

#### Catálogo (CATMAT/CATSER)

21784

#### 1. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

##### É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?

Não

Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.

##### 1.1 Fundamentação para a opção por SRP:

Não se aplica

##### 1.2 Histórico de consumo:

Não se aplica

##### 1.3 Estimativa de consumo:

Não se aplica
<b>1.4 Quantidade para Consumo Imediato:</b>
Não se aplica
<b>1.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:</b>
Não se aplica
<b>1.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:</b>
Não se aplica
<b>1.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?</b>
Não se aplica
<b>1.8 Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique</b>
Não se aplica

<b>2. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?</b>	
Sim	
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):	NBR 12722/1992 – Discriminação de serviços para construção de edifícios - Procedimentos; NBR 9050/2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos; NBR 16537/2016 – Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação; Leis Municipais - Uso e Ocupação do Solo Urbano; Código de Obras NBR 9077/2001 – Saídas de emergência em edifícios; NBR 5419/2015 – Proteção contra descargas atmosféricas NBR 5410/2004 – Instalações elétricas de baixa tensão NBR 14039/2005 – Instalações elétricas de média tensão IEC 62446

<b>3. OBJETO</b>	
<b>3.1 Descrição Detalhada do Objeto</b>	
A descrição, por ser muito extensa, será feita por meio do Anexo I.	

<b>4. EXECUÇÃO DO CONTRATO</b>			
<b>4.1 Local e horário da prestação dos serviços</b>			
Não se aplica			
<b>Endereço</b>	<b>Horário</b>	<b>Dias da semana/Outro</b>	<b>Agendamento, indicar nome, telefone/ramal</b>
			Coord. Projetos e Obras - F.3231-9500 R.2244
<b>Outros:</b>			

<b>4.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber</b>
<p>1. A empresa contratada terá prazo de 100 (cem) dias corridos, contados a partir a partir da autorização formal da Coordenadoria de Projetos e Obras, para a entrega final de todos os serviços contratados;</p> <p>2. O projeto legal de prefeitura deverá ser apresentado de forma célere, uma vez que da aprovação dele depende a execução dos outros projetos;</p> <p>3. Os projetos que necessitam de aprovação junto às Concessionárias e junto ao Corpo de Bombeiros deverão ser encaminhados para os órgãos competentes em no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o início dos trabalhos, a fim de que eventuais correções sejam elaboradas dentro do prazo final para a conclusão dos serviços contratados. Atrasos referentes à apresentação ante os órgãos competentes serão multados, independentemente de quando os projetos em questão forem entregues aprovados;</p> <p>3.1 Cópias dos recibos de entrega dos projetos junto aos Órgãos competentes deverão ser encaminhadas à Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT 15ª Região em até dois dias após terem sido protocolados. Os prazos estipulados por cada Órgão analisador deverá ser formalmente informado pela empresa contratada para que o Serviço de Projetos e Obras do TRT 15ª Região possa acompanhar o andamento dos mesmos;</p> <p>3.2 No caso de o prazo solicitado pela Concessionária/Órgão competente exceder os 100 dias corridos de prazo final para entrega dos serviços contratados, a empresa contratada deverá proceder a entrega de todos os outros documentos dentro do prazo máximo acordado e ficará aguardando a aprovação dos projetos pelas Concessionárias/Órgão competente;</p> <p>4. Cada projeto deverá ser encaminhado para pré-análise e aprovação pela Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT 15ª Região antes da finalização dos mesmos. Os projetos poderão ser encaminhados por correspondência digital (email). Havendo necessidade de alterações/correções nos projetos a empresa será notificada por escrito no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados do recebimentos dos mesmos e deverá reapresentar os projetos com as devidas correções no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos a partir da data da notificação;</p> <p>5. Após a execução das alterações/correções a empresa deverá reapresentar os projetos para nova análise pela Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT 15ª Região e aprovação dos mesmos. Havendo necessidade de novas alterações, serão mantidos os prazos descritos acima;</p> <p>6. A empresa contratada deverá apresentar os projetos finais à Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT 15ª Região antes da conclusão da elaboração do Memorial Descritivo e do Orçamento, uma vez que os projetos serão conferidos e devidamente aprovados. Havendo necessidade de alguma correção, poderá gerar alterações no Memorial e no Orçamento, que deverão ser apresentados finalizados dentro do prazo total para a conclusão dos serviços contratados;</p> <p>7. Não é de responsabilidade da Coordenadoria de Projetos e Obras a conferência dos cálculos dos projetos apresentados e a verificação de falhas nos desenhos apresentados. Independente disso será efetuada uma conferência em desenhos e pranchas e, na ocorrência de quaisquer problemas desta natureza que vierem a ser constatados, a empresa contratada deverá efetuar os devidos acertos sem que isso dê motivo a qualquer aditivo contratual para aumento no prazo de entrega. Do mesmo modo, notando-se alguma discrepância visível nos resultados dos cálculos dos projetos, a empresa será contatada para que efetue esclarecimentos;</p> <p>8. Os problemas verificados nos projetos durante o decorrer da execução da obra, como ausência de detalhamentos necessários, incompatibilização entre os projetos complementares ou entre projetos e memorial descritivo, ausência de especificações importantes e necessárias, falhas graves na planilha orçamentária, entre outros, ensejará ao projetista acerto imediato, podendo estar sujeito a sanções se ficar comprovada falha que leve a necessidade de execução de aditivos, comprometendo o valor inicial da obra ou seu prazo de construção;</p> <p>9. Não serão considerados atrasados os projetos que, mesmo após o vencimento deste contrato, se encontrarem para aprovação nas concessionárias ou outros órgãos, desde que a entrada nesses órgãos tenha sido feita dentro do prazo do contrato, comprovadas com cópia dos protocolos e que não existam modificações significativas que implicariam uma mudança radical nos projetos.</p>
<b>4.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços</b>

#### 4.4 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada

Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input checked="" type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	cpo.secadm@trt15.jus.br
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	cpo.secadm@trt15.jus.br
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	cpo.secadm@trt15.jus.br
<input checked="" type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	cpo.secadm@trt15.jus.br
<input type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	cpo.secadm@trt15.jus.br
<input type="checkbox"/>	Outra		

#### 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

##### 5.1. SUSTENTABILIDADE

###### Há critérios de sustentabilidade a serem observado?

Sim. Se sim, É necessária a indicação individualizada dos critérios pertinentes a cada objeto de forma discriminada:

Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:

grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)
Grupo único	-	3.1.1. a 3.3 e todos os seus subitens	Devido ao extenso número de itens e subitens elencados no Guia de Contratações Sustentáveis relativos ao objeto deste PROAD, e que abrangem mais de 15 páginas do referido documento, informamos que a consulta deve ser feita diretamente no link abaixo referenciado, a partir da página 99, até a página 114. Também será disponibilizado um anexo da Guia de Contratações Sustentáveis apenas com as referidas páginas. (Anexo VII) <a href="https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/192701/2021_res0310_csjt.pdf?sequence=1&amp;isAllowed=y">https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/192701/2021_res0310_csjt.pdf?sequence=1&amp;isAllowed=y</a>

Há especificação de ROHs?

Não

Não se aplica

Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:

Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT:

[Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição](#)

##### 5.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

###### Serviços de atendimento ao público (nos termos das Resoluções CSJT nº 218/2018 e CNJ nº 401/2021)

A contratação da prestação do serviço faz atendimento ao público e possui mais de 10 trabalhadores vinculados?

\* Atendimento ao público e esclarecimentos de fases e informações processuais (ex: recepcionista, segurança, brigadista)

Não

Se a resposta for NÃO justifique:

Serviço de execução de projeto arquitetônico e de engenharia.

1. A empresa contratada deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT para cada projeto apresentado, incluindo a planilha de orçamento;
2. A empresa contratada deverá ter pleno conhecimento das especificações para a elaboração dos projetos bem como do local onde será implantado o referido projeto, devendo levantar possíveis discrepâncias, não podendo alegar posteriormente desconhecimento quanto aos mesmos;
3. A empresa contratada deverá, antes do início da elaboração de qualquer um dos projetos especificados, promover uma reunião entre a equipe técnica responsável pela elaboração dos projetos e a Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT 15ª Região, para que se oriente sobre as particularidades de cada projeto, devendo participar da reunião, principalmente os projetistas que executarão o projeto de instalações hidráulicas e PPCI, de instalações elétricas e o estrutural.
4. A empresa contratada deverá entregar a lista de profissionais que compõe a equipe técnica (Anexo IV) na primeira reunião a ser realizada com a Coordenadoria de Projetos e Obras;
5. Todas as decisões necessárias para o desenvolvimento dos projetos deverão ser tomadas juntamente com a Coordenadoria de Projetos e Obras, ou melhor, as principais diretrizes dos projetos serão definidas em conjunto com o Contratante (exemplo: tipo de reservatório, localização, subestação elétrica, central de lógica, sistema interno de TV, etc);
6. Para o desenvolvimento dos diversos projetos a empresa contratada deverá entrar em contato com as Concessionárias e toda a documentação encaminhada para consulta deverá ter cópia remetida à Coordenadoria de Projetos e Obras do Tribunal para que sejam devidamente arquivadas.
7. No desenvolvimento dos diversos projetos deverão ser tomadas decisões com vistas à melhor relação custo/benefício, salientando que todos os objetos indicados poderão ser substituídos por similares quando da contratação da construção. Portanto, a indicação de itens que não possuam similares deverá ser informada à Coordenadoria de Projetos e Obras, com a devida justificativa;
8. Caberá à empresa contratada rever e propor novas soluções técnicas sempre que a solução proposta não for aprovada pelo Tribunal, face à deficiências de ordem técnica, custo financeiro elevado, não atendimento dos requisitos desta especificação o não atendimento das necessidades desta Administração;
9. A edificação deverá atender integralmente à legislação municipal, estadual e federal, em todos os itens objeto de norma específica; às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), ressaltando-se a NBR - 9050/2015, no tocante à acessibilidade; bem como ao Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, no que concerne às obras de engenharia, emitido pelo Conselho Superior da Justiça Trabalho (CSJT);
10. O Projeto Completo, constituído por todos os projetos específicos deverá ser realizado por uma única empresa, para afastar o risco de incompatibilização técnica, desarmonia e ineficácia. A empresa contratada será responsabilizada pelo funcionamento e intercomunicação dos projetos que deverão estar devidamente harmonizados e compatibilizados entre si e serão por ela coordenados. Não obstante, todas as interferências ao projeto arquitetônico apresentado deverão ser previamente aprovadas pela contratante, assim como as necessárias alterações ao projeto de arquitetura serão aprovadas pela contratante;
11. A empresa contratada deverá manter o TRT devidamente informado do andamento do desenvolvimento dos projetos, informando sobre eventuais dificuldades e ou problemas para que os mesmos sejam sanados no menor espaço de tempo possível;
  - 11.1 Havendo necessidade de proceder alterações/correções nos projetos apresentados para aprovação, a empresa terá prazo máximo de 5 dias corridos contados a partir da data da retirada dos projetos na Concessionária para proceder as alterações/correções e reapresentar os projetos para aprovação. Este procedimento se repetirá até a aprovação final do projeto apresentado pela Concessionária/Órgão competente;
  - 11.2 O Memorial Descritivo e o orçamento deverão ser corrigidos/atualizados sempre que alterações forem executadas nos projetos;

###### PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema. ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.

Demais obrigações

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS

1. A empresa será responsável pela elaboração dos projetos executivos e complementares para o futuro prédio do Fórum Trabalhista de Jaboticabal, compreendendo o desenvolvimento e detalhamento dos projetos executivos e complementares, especificações técnicas, orçamento sintético e analítico, memórias de cálculo, memoriais descritivos, maquetes, cronograma físico-financeiro, bem como a coordenação e supervisão de todos os projetos, garantindo-se a perfeita compatibilidade entre os mesmos, observando o Pré-Projeto de Arquitetura fornecido por este TRT da 15ª Região (Anexo II deste Termo de Referência) e conforme Especificações Técnicas (Anexo I deste Termo de Referência).
2. O pré-projeto arquitetônico foi desenvolvido pela Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT 15ª Região e será o norteador dos demais projetos a serem desenvolvidos pela contratada;
3. Os projetos a serem desenvolvidos pela empresa contratada deverão atender ao pré-projeto arquitetônico, às especificações dos serviços (Anexo I) e às determinações específicas das normas técnicas pertinentes a cada caso, além de observar as indicações de cada Concessionária correlata ao projeto desenvolvido. Na inexistência de normas da ABNT para determinado assunto, a empresa deverá obedecer à norma técnica indicada para cada situação. Ocorrendo alterações em alguma Norma Técnica Brasileira (NBR) os projetos deverão ser readequados para entrega final.
4. Os projetos arquitetônicos de cortes e fachadas, o relatório de sondagem e o levantamento planialtimétrico do terreno serão entregues ao vencedor do certame;

APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1. Deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- 1.1 Documentos de habilitação técnica conforme qualificação técnica acima;
- 1.2 Lista dos profissionais indicados para elaboração dos projetos, caso a licitante seja a vencedora do certame;
- 1.2.1 A licitante deverá indicar no mínimo um profissional para cada disciplina exigida no presente edital. O profissional indicado para a função de Coordenador poderá acumular a execução de apenas uma disciplina. Os demais profissionais poderão acumular até 3 (três) disciplinas para as quais esteja legalmente habilitado;
- 1.2.2 Exceto para a função de Coordenador, as demais disciplinas poderão ter um ou dois indicados para a elaboração da mesma. Neste caso, se a licitante for adjudicada, todos os profissionais indicados para uma mesma disciplina deverão atuar como autor e co-autor;
- 1.2.3 A lista de profissionais deverá ser apresentada de acordo com o Atestado de Capacidade Técnica Profissional. Não será admitida a designação de profissionais que não atendam aos requisitos específicos de cada disciplina, estabelecidos nas Especificações Técnicas (Anexo I do Termo de Referência);
2. Declaração do representante legal da licitante, nos moldes do Anexo V do Termo de Referência, de que todos os profissionais indicados por ela na Lista de Profissionais examinaram as Especificações Técnicas, o Pré-Projetos Referencial de Arquitetura e demais documentos técnicos constantes da presente licitação, tendo verificado o grau de complexidade exigido para o perfeito cumprimento do objeto

RESPONSABILIDADE TÉCNICA

1. A responsabilidade técnica de cada projeto será do(s) profissional(is) que o elaborar. O direito autoral de cada projeto será da(s) pessoa(s) física(s) ou jurídica que o elaborar, nos termos da legislação vigente;
2. Somente poderão atuar como responsáveis técnicos pelos projetos e coordenação os profissionais constantes na lista de profissionais (Anexo IV deste Termo de Referência) entregue pela licitante na etapa de habilitação ou profissional que, apresentado posteriormente à adjudicação, for aprovado pela Fiscalização;
3. Os autores deverão, no início da contratação, entregar declaração concordando, a partir daquele momento, permitir que os projetos, após concluídos, possam ser alterados por outros profissionais, conforme a conveniência deste Tribunal. A declaração deverá seguir o modelo constante no Anexo V deste Termo de Referência;
4. Os projetos deverão ser elaborados por profissionais legalmente habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou pelo Conselho Regional de Arquitetura (CAU), responsáveis pela fiscalização e regulamentação das respectivas profissões, que deverão emitir a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT). Os profissionais deverão anotar todos os projetos sob sua responsabilidade;
5. Todas as peças gráficas que compõem os projetos deverão conter o nome completo, o título profissional, o nº do CREA/CAU e a assinatura dos responsáveis técnicos. Os relatórios, especificações técnicas e demais documentos deverão conter o nome completo, o título profissional, o nº do CREA/CAU e a assinatura dos responsáveis técnicos na última página, e, quando for o caso, a rubrica nas páginas anteriores;
6. Todas as dúvidas sobre soluções alternativas de projeto deverão ser encaminhadas à Coordenadoria de Projetos e Obras do Tribunal, que deliberará qual alternativa será a mais apropriada;
7. Todos os detalhes desenvolvidos deverão receber o visto de aprovação da Equipe Técnica do Tribunal.

RECEBIMENTO DOS PROJETOS

1. Os projetos, memoriais, orçamento e cronograma deverão ser apresentados da seguinte forma:
- 1.1 Dois jogos completos dos projetos desenvolvidos e todos os arquivos eletrônicos dos projetos, em formato DWG (AutoCAD), versão mínima 2014, com indicação a configuração das penas utilizadas, sem qualquer proteção;
- 1.2 O original e uma cópia do projeto de Combate a Incêndio e do Projeto de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) aprovado junto ao Corpo de Bombeiros;
- 1.3 O original e uma cópia do projeto aprovado junto à Concessionária de energia elétrica deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Projetos e Obras do Tribunal para conhecimento e arquivo;
- 1.4 Alvará de construção junto à Prefeitura Municipal;
- 1.5 Número da CEI aberta automaticamente pela Prefeitura;
- 1.6 O original e uma cópia dos demais projetos necessários à aprovação junto às Concessionárias;
2. O recebimento final dos serviços será feito após a aprovação de todos os projetos junto às Concessionárias/Órgãos/Corpo de Bombeiros etc.
- 2.1 A Contratada deverá apresentar comprovante de pagamento das Taxas do CREA-SP ou CAU/SP, anotações de responsabilidades técnicas referentes à elaboração dos projetos e taxas referentes à aprovação dos projetos junto aos Órgãos fiscalizadores, como Corpo de Bombeiros, Concessionárias, etc;

6. GARANTIA DO OBJETO E DO CONTRATO

6.1 Garantia do objeto

Especificar o objeto e a qual grupo se refere:

A empresa Contratada responderá durante 5 (cinco) anos após o Recebimento Definitivo dos serviços, por sua qualidade e segurança nos termos do Código Civil Brasileiro.

Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.

6.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e
3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

5%

Justificativa Para cumprimento das obrigações contratuais

6.3 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia

Pelo gestor do contrato

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (TRT)

1. Proporcionar as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, permitindo o livre acesso dos empregados e prepostos da Contratada ao local onde será executada a obra;
2. Promover, através dos seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da obra, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, dirimindo as dúvidas e questões porventura não esclarecidas, anotando em registros próprios as falhas detectadas e notificando a executante da obra acerca da ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;
3. Promover o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8. VALOR

8.1 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)

1. Os licitantes deverão apresentar sua proposta indicando os valores de todos os projetos aqui descritos de forma individual, totalizando no final; 2. Eventuais dúvidas ou discordâncias referentes ao presente Termo de Referência e seus Anexos deverão ser remetidas à Coordenadoria de Licitações deste Tribunal; 3. Os esclarecimentos deverão ser feitos antes da apresentação da proposta, não se admitindo durante a execução do contrato que o vencedor alegue desconhecimento ou dificuldade de compreensão sobre algum serviço especificado, orçado ou desenhado; 4. O preço total deverá englobar todos os custos com taxas de aprovação, emissão de Certidões, cópias, etc, sendo que o TRT não arcará com nenhum custo extra.					

9. EQUIPE DE GESTÃO	
Gestor do Contrato:	Flávio Roberto O. Cabral
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Douglas Jefferson Gusso
Fiscal Técnico do Contrato:	Carlos Alberto Lorenzon
Fiscal Administrativo	André Luis Tomadão (titular) e Carlos Rodrigues da Silva (suplente)

10. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)	
Indicador 1	Entrega dos serviços dentro do prazo contratual
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	
Indicador 2	Qualidade na execução dos serviços e dos materiais elencados no projeto
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	
Indicador 3	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	

11. FATURAMENTO	
Gestor do Contrato:	Flávio Roberto O. Cabral

12. FORMA DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO
1. O pagamento deste contrato poderá ser feito parcialmente, por projeto, de acordo com a entrega dos projetos executados. Os projetos que dependem de aprovação de concessionárias ou outros órgãos, só serão pagos após a sua entrega devidamente aprovados. 2. Os projetos serão pagos no momento em que não houver mais correções a serem executadas no projeto apresentado. 3. A não aceitação de um determinado projeto, por qualquer motivo, não implica necessariamente na recusa de outro, salvo no caso de subordinação a um projeto recusado. 4. O recebimento final pela Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT 15ª Região dos projetos solicitados está condicionado a: 4.1 Aprovação de todos os projetos juntos aos órgãos de fiscalização competentes; 4.2 Fornecimento de todas as cópias dos projetos e arquivos eletrônicos em DVD; 4.3 Fornecimento das ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou a RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) referentes a cada projeto elaborado (estrutura, hidráulica, elétrica, etc); Aprovação dos projetos pela Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT 15ª Região. 5. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado o recebimento e será emitido um Termo de Recebimento Provisório, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.666/1993. Este procedimento se repetirá até a conclusão dos serviços. 6. Após a última medição, será emitido pela Comissão de Exames de Obras e Serviços o Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei n.º 8.666/1993. 7. O recebimento não exclui as responsabilidades civil e penal da empresa contratada.

13. FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993. *Atentar-se para a necessidade de cadastramento no SIGEO, prevista nas obrigações da contratada.

14. PRAZO DE VIGÊNCIA
Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)
Outro

<b>14.1 Forma de continuidade serviço em eventual interrupção contratual</b>	
<input checked="" type="checkbox"/>	Em caso de serviço não contínuo, realização de nova contratação
<input type="checkbox"/>	Em caso de serviço contínuo, análise quanto à viabilidade de realização de contratação emergencial com abertura de PROAD com as devidas justificativas
<input type="checkbox"/>	Prorrogação excepcional do contrato por mais 12 meses ou até que se conclua nova licitação, caso possível
Outra opção:	

<b>14.2 Ações de transição contratual e de encerramento contratual</b>	
Não se aplica	
<b>É necessário sobreposição contratual?</b>	
Não se aplica	
<b>14.2.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação</b>	
Entrega dos projetos, escopo deste contrato, nas versões finais	
<b>14.2.2. Devolução de recursos materiais</b>	
Não se aplica	

<b>15. SANÇÕES</b>	
1. O descumprimento injustificado dos prazos deste contrato implicará na aplicação das seguintes multas à contratada, calculadas sobre o valor do respectivo projeto não entregue: a. até o 7º dia de atraso: multa única de 2,0% b. a partir do 8º dia de atraso: multa diária de 0,2% 2. Poderá ser penalizado com aplicação de multa de até 10% sobre o valor do contrato, mesmo durante a execução da obra nos seguintes casos: a. falhas graves de quantitativos ou omissões de serviços na planilha de orçamento; b. ausência de detalhamentos e/ou ausência de projetos que impliquem acréscimo de quantitativos e/ou serviços na planilha de orçamento, gerando por consequência aditivos ao contrato; c. falhas graves que possam comprometer o processo licitatório; d. discrepâncias visíveis nos resultados de cálculos de projetos e/ou falhas graves na execução dos desenhos que comprometam a execução da obra.	

<b>16. DISPOSIÇÕES GERAIS</b>	